

APRESENTAÇÃO

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro, SJRJ, em parceria com o Centro Cultural Justiça Federal, CCJF, e a Presidência do TRF2, apresenta a 46ª Edição da Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, intitulada **Estudos Constitucionais**. A edição está composta por artigos que trazem importantes debates sobre o Direito Constitucional e suas relações com diversos outros ramos do Direito, como o Processual, o Internacional, do Consumidor, Urbanístico e com as Políticas Públicas.

Abrindo esta edição, o artigo **Breves Considerações sobre Argumentação Jurídica** aborda o exercício argumentativo na operacionalização do direito, como forma de amparar as teses apresentadas em processos judiciais, principalmente para os magistrados, que possuem o dever constitucional de fundamentar as suas decisões.

Em **A Técnica de Ampliação do Colegiado no Julgamento Não Unânime do Recurso de Apelação e o Incidente de Assunção de Competência nº 1 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, o autor objetiva analisar o entendimento adotado pelo Tribunal Regional da Segunda Região no Incidente de Assunção de Competência nº 1, que interpretou restritivamente a redação do artigo 942 do Código de Processo Civil, ao fixar que a aludida técnica, especificamente no julgamento do recurso de apelação, somente tem lugar nas hipóteses em que a maioria se firmar no sentido da reforma da sentença de mérito.

O artigo **O Povo como Intérprete da Constituição: Reflexões sobre o Constitucionalismo Popular** analisa o pensamento de dois autores estadunidenses que trataram do constitucionalismo popular: Michael Serota e Tom Donnelly, de modo a demonstrar que o pensamento dos mencionados autores não são tão contraditórios como possam parecer e que a democratização do processo decisório não necessariamente viola a obrigação de fidelidade constitucional.

Em **Revolução 4.0 no Poder Judiciário: Levantamento do Uso de Inteligência Artificial nos Tribunais Brasileiros** objetiva-se fazer um levantamento do uso de inteligência artificial pelo Judiciário brasileiro de modo a identificar os tribunais em que a mesma já está implantada e as funções que realiza.

Em sequência, o artigo **Da Situação Excepcional da Apatridia e seu Tratamento na Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017)** busca tratar da apatridia, situação excepcional que acomete aqueles indivíduos que perdem a nacionalidade antes de adquirirem uma nova. Pretende-se discutir se há relação existente entre a apatridia e os inúmeros refugiados que a mídia constantemente divulga ao entrar nos países estrangeiros, bem como a proteção aos direitos fundamentais dessas pessoas e a garantia de proteção aos países que aceitam recebê-los.

A Base Constitucional do Código Brasileiro de Proteção e Defesa do Consumidor apresenta algumas considerações a respeito da evolução do direito do consumidor e a base constitucional no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, bem como expor algumas considerações que levaram a opção legislativa por um sistema codificado, porém aberto, principiológico e extremamente avançado para um país com sérios problemas sociais, e ainda em desenvolvimento.

No artigo **Desenvolvimento Sustentável no Estado Democrático de Direito: Atendimento à Agenda 2030 da ONU por meio da Regularização Fundiária Urbana**, a autora objetiva verificar quais contribuições poderia dar o Estado Social e Democrático de Direito à pretensão de firmar o caminho sustentável e resiliente definido na Agenda 2030 (ONU, 2012) para o desenvolvimento sustentável no âmbito urbano, especialmente por meio da Regularização Fundiária Urbana.

Políticas Públicas de Combate e Enfrentamento à Violência de Gênero na Baixada Fluminense aborda o perfil da violência perpetrada contra a mulher na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro de 2013 a 2016, a partir dos processos em trâmite, visando identificar a eficácia da proteção legal na prática, e se tais processos atingem o objetivo de proteção das mulheres em situação de violência, seja doméstica ou de gênero.

O artigo **O Idoso e a Problemática da Judicialização da Saúde no Brasil** discute o aumento da judicialização no Brasil e o seu custo, as recomendações do TCU no que tange à matéria, a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, RENAME e o *off label* e, por fim, a importância da proteção aos direitos.

Fechando a presente edição, o trabalho **Políticas Públicas de Inserção de Menores Infratores** objetiva analisar a eficácia das políticas públicas vigentes de ressocialização de menores infratores no Estado do Rio de Janeiro, compreendendo que, apesar da institucionalização de políticas públicas voltadas para o combate à violência, criminalidade e desigualdade, os programas vigentes encontram-se longe de atender de maneira específica os objetivos aos quais se destinam.

Desejamos aos nossos autores e leitores uma boa leitura.

Os Editores